

NÃO SER MÃE: UMA OPÇÃO PARA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE?¹

Jussara Glória Rossato*

Resumo: O presente trabalho apresenta um estudo a partir de uma investigação de natureza bibliográfica acerca do tema da maternidade, buscando conhecer os significados ocupados pela maternidade em mulheres que não são mães. Para tanto foram consultados livros, artigos e textos que contemplaram o assunto em questão. Dentre os autores que sustentam a presente pesquisa, destaca-se Badinter (1985), Perrot (2007), Roudinesco (2003) Serrurier (1993) entre outros que problematizam a questão da maternidade. A investigação aponta que para alguns autores a opção de não ter filhos pode ser tomada sem que a mulher sinta os estereótipos e preconceitos que perpassam essa escolha. Para outros autores pode representar uma fonte de insatisfação e desvalorização. No entanto, apesar das novas possibilidades para as mulheres, percebe-se que as antigas visões ainda têm grande relevância para a realização das mulheres.

Palavras-chave: Maternidade. Amor materno. Visões. Trabalho.

Introdução

Os constantes avanços tecnológicos ocorridos no século XX e início deste têm alterado a forma de ver, viver e perceber o mundo. As transformações ocorridas, tanto no aspecto político, como no social e cultural trouxeram uma série de variações nos padrões e comportamentos da sociedade. A partir do século XIX, a vida das mulheres começou a se modificar, com o surgimento de diversos movimentos sociais, políticos e econômicos, entre eles a revolução industrial, que contribuíram para essas profundas e extensas transformações, que vão envolver consideravelmente quase todo o campo feminino. Outro fator que interferiu foi o movimento feminista, que teve seu auge na década de sessenta do século passado e provocou transformações na vida das mulheres. Essas mudanças aceleradas pelas novas tecnologias, aliadas a uma sociedade cada vez informatizada provocaram um rompimento de

¹ O artigo foi extraído do trabalho final de graduação, do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, apresentado em 2012, sob a orientação do Professor Rodrigo Brito Felin.

* Doutoranda em Psicologia Clínica no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. E-mail: ju_psicologia@yahoo.com.br

antigos paradigmas, levando à necessidade de ajustamentos para atender às exigências de novas demandas e também do mundo do trabalho.

Historicamente, na sociedade Ocidental, salvo alguns grupos minoritários, a mulher assumiu o papel de cuidadora, responsável pela organização e manutenção do lar. Já no século XX a mulher passa a exercer outros papéis, além de ser mãe, esposa e profissional. Essa pluralidade de papéis acarretou uma mudança significativa na vida das mulheres, que acabaram assumindo diferentes responsabilidades. Entre essas mudanças salienta-se a entrada da mulher no mercado do trabalho e o aparecimento de métodos anticoncepcionais mais seguros, que é um dos fatores que contribuíram para que a mulher tenha poder sobre seu próprio corpo e decida pela gravidez ou não. Porém até que ponto a questão de não ser mãe é um desejo pessoal? Será que a mulher não mãe é vista como incompleta? Ser mãe é fundamental para que a sociedade aceite a mulher como um ser completo?

Problematizando tais questões, justificou-se a realização desse trabalho, o qual a partir de uma investigação de natureza bibliográfica se ocupou por entender o significado da maternidade em mulheres não mães. Com base em estudos e pesquisas existentes, buscou-se aportes teóricos que pudessem sustentar e nortear a referida reflexão. Para tanto, a metodologia utilizada partiu uma investigação de natureza bibliográfica que permitiu investigar o fenômeno estudado. Desse modo é fundamental lembrar que para compreender o processo pelo qual tem passado as mulheres na escolha pela não maternidade, faz-se necessário retroceder no tempo, e buscou-se para esse propósito, o século XVIII, como marco inicial, considerando que foi a partir desse século que ocorreram as maiores transformações, já que segundo Rocha Coutinho (1994), nesse período ocorre uma revolução no amor conjugal, onde o lar e a família tornam-se alvos de atenção. Nesse sentido, procurar-se-á enfocar alguns significados atribuídos às mulheres² que não são mães.

1 A mulher na perspectiva histórica

A história da mulher, segundo Perrot (2007), por muito tempo foi esquecida, já que os historiadores hierarquizaram os gêneros privilegiando o masculino. Assim a mulher era construída numa delimitação de espaço privado e doméstico, tendo como única alternativa de realização ser mãe e esposa.

²Cabe esclarecer que o presente estudo não se ocupará das questões de gênero, ainda que saibamos da importância dessa abordagem para o assunto em pauta. Nossa escolha em não tratar dessa temática está diretamente relacionada à natureza do trabalho apresentada, qual seja, um artigo.

A autora supracitada assegura que a mulher do século XIX inicia um processo de libertação quando rompe os silêncios a que estava confinada e passa a aparecer na história quando conquista um espaço público, com isso torna-se capaz de narrar suas histórias, lutas, sofrimentos e conquistas num processo de novas representações, já que até então, à mulher eram reservados o silêncio e a obscuridade. Na obra “*As mulheres ou o silêncio da história*”, Perrot (2005) buscou respostas para questionamentos das causas de como se deu esse silêncio durante a história.

A autora afirma que durante o século XX, a história das mulheres mudou. Deixou de ser uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história da vida de mulheres que ocupam um espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Desse modo, as mulheres deixam de ser passivas e passam a ser ativas nas múltiplas interações que provocam a mudança.

No entender de Badinter (1985) a mulher até o século XVII era concebida como submissa a autoridade do marido ou do pai. Esse poder era legitimado tendo por base as influências da autoridade. Acompanhando a reflexão, foi no século XVIII que a mulher adquire uma imagem significativa, já que ocorreu aí um declínio do poder e da autoridade masculina e principalmente religiosa, constituindo-se a elaboração de amor. O papel de ser mãe, segundo a autora, se torna uma missão, sinônimo de realização e ao mesmo tempo sacrifício.

Nesse sentido Guimarães (2010), acredita que paralelo ao papel de esposa e mãe, outro fenômeno contribuiu para o processo de reconhecimento da mulher em sua alteridade, a cultura do belo sexo. Lipovetsky (2000 *apud* Guimarães, 2010) afirma que a beleza era capaz de conferir às mulheres títulos de nobreza, prestígio, riqueza simbólica impulsionando sua promoção. Essa situação possibilitou, então, no século XX, que a mulher ganhasse o legado do culto à beleza. Nesse século, com o avanço tecnológico, a figura feminina ganhou espaços nos meios de comunicação, entre eles o cinema e a televisão.

Conforme Del Priore (*apud* GUIMARÃES, 2010, p.11) o corpo feminino passou por grandes transformações no século XX, ou seja, a mulher incorpora os ditames da estética e padrões de beleza tornando-se o centro das atenções. Del Priore afirma que

Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. Libera-se contrariamente ao que queriam as feministas tornou-se sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude final (DEL PRIORE 2000, *apud* GUIMARÃES, 2010 p. 11).

Assim, seguindo as reflexões de Del Priore (2000) a mulher que se julgava liberta das pressões religiosas e médicas, transforma-se em uma refém de hábitos estéticos, segundo os quais a imagem passou a ser a mais nova forma de submissão. Desse modo, percebe-se que as mulheres encontram-se divididas entre valores tradicionais, representações sociais seculares e padrões contemporâneos. Essas mulheres são convocadas a reinventarem seus papéis em um cenário desafiador.

Desse modo essas transformações e a própria concepção de maternidade passam a ocupar outro lugar na vida dessas mulheres, ou seja, há uma tendência entre algumas delas de adiar ou optar por não ter filhos.

2 O significado da maternidade

É importante salientar que, para o presente estudo, há na literatura uma variedade de sentidos que podem ser atribuídos à maternidade, os quais conferem a essa experiência os mais complexos olhares. Entretanto, devido a sua complexidade, buscou-se aportes teóricos mais voltados para a contemporaneidade, além de privilegiar abordagens de cunho psicossocial. Conforme pautado anteriormente, uma das consequências ocasionadas pelas transformações sociais, especialmente relacionadas às transformações no mundo do trabalho, influenciou também a família contemporânea. Esse fato também contribuiu para que o conceito de maternidade e a concepção que se tem a respeito do que significa ser mãe e as responsabilidades a ela associados ocasionaram uma mudança na função materna.

Segundo Costa (2004) a família estaria vivendo um rude impasse. Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los. O lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções. Ao invés de propiciar carinho e proteção estaria fomentando a guerra entre os sexos e gerações. O autor vê a família como desequilibrada. Afirmar que a mobilidade sociocultural privou-a de seus vínculos tradicionais e da possibilidade de estabelecer novos relacionamentos sólidos.

Indo ao encontro desse pensamento, Roudinesco (2003) concebe a família e sua aparente desorganização a partir das mudanças dos imperativos ocorridas nos últimos 30 anos e pontua que ocorreram transformações na vida familiar que desencadeou uma desordem. Para Straus (1956, *apud* ROUDINESCO, 2003), a família é a forma de organização mais persistente, mesmo levando em consideração diferenças. A autora antes apontada postula que a família mudou, mudaram os papéis familiares, mas não foi substituída por outra forma de organização molecular.

Desse modo tanto Roudinesco (2003), quanto Costa (2004) apresentam uma concordância quanto às transformações ocorridas na família. Nesse sentido, pode-se entender que as os processos de mudanças que passou a sociedade com a desconstrução de antigos paradigmas e as possibilidades de novas formas de realização feminina contribuíram significativamente em relação à mulher para com a maternidade. Essas mudanças foram evidenciadas em estudos realizados como os de Correia (1998), Borsa e Feil (2008) e Guimarães, (2010).

Serrurier (1993) apresenta a partir de sua experiência clínica um novo olhar para a maternidade, que destaca a importância de conceber a maternidade em toda sua complexidade, acentuando que esse assunto é silenciado e pouco discutido. A autora afirma que muitas mulheres engravidam com objetivo de satisfazer sua mãe, ou buscando atenção e ligar-se a um companheiro. São mulheres que querem ser mães para elas mesmas, bem antes de sê-lo para os filhos. A autora enfatiza ainda que através de sua vivência pessoal e escuta terapeuta convenceu-se que “é tão fácil e invisível provocar a morte psíquica de seu filho no decorrer do tempo, quanto dar-lhe a vida na loucura muda de um instante de prazer” (SERRURIER, 1993, p. 19).

Culturalmente a representação social da maternidade é calcada no mito da mãe perfeita. Para Serrurier (1993), a mãe perfeita não existe, pois todas possuem dificuldades em alguma área. A autora aponta que o mito da mãe infinitamente boa, decai a partir das transformações sociais e econômicas do mundo ocidental, que repercutiram também no contexto familiar. Nessa perspectiva, a imagem construída da mãe como ideal de amor e afeição, responsável pelo bem estar psicológico da família, deixou de ser uma tarefa simples nos dias atuais. Hoje, de alguma forma, algumas mulheres podem negar a maternidade. Porém esse padrão ainda é muito forte na contemporaneidade. Afirma:

As mães de hoje são ainda muito mais vítimas dos mitos do que a evolução tão rápida dos costumes permitiria supor. Os modelos ideias permanecem: o da mãe perfeita e o da mãe virgem, aos quais as mulheres estão incessantemente atadas, como um rochedo cujo pico seria inacessível e no qual só conseguem se esfolar [...] (SERRURIER, 1993, p. 68).

Se antigamente a maternidade era o ideal máximo de realização da mulher, a contemporaneidade tem mostrado que outras possibilidades desvinculadas à maternidade tem se tornado prioridades na vida das mulheres. Entre elas estão a realização profissional, viagens culturais, formação continuada em forma de mestrado e doutorado, entre outras.

Como podemos ver, a maternidade tem um novo significado na contemporaneidade. Essa afirmação é sustentada por Badinter (2011) quando aponta que a maternidade para algumas mulheres se tornou um desafio. Hoje, as mulheres questionam sobre as responsabilidades e exigências antes de optar por ser mãe o que não faziam no passado, já que no contexto contemporâneo, o individualismo e a busca da plenitude pessoal predispõem as futuras mães a realizar outras opções. Como a maternidade não é o único modo de afirmação de uma mulher, o desejo de filhos pode entrar em conflito com outros imperativos, conforme afirma:

A maternidade e as virtudes que ela pressupõe não são evidentes. Nem atualmente, nem no passado, quando ela era um destino obrigatório. O optar por ser mãe não garante como inicialmente se acreditou uma melhor maternidade. Não apenas porque a liberdade de escolha talvez seja um embuste, mas também porque ela aumenta consideravelmente o peso das responsabilidades em um tempo em que o individualismo e a paixão por si nunca foram tão poderosos (BADINTER, 2011, p. 24-25).

De acordo com Borsa e Fiel (2008) o papel da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncias e sacrifícios prazerosos. As autoras asseguram ainda que no final do século XVIII e XIX o papel da mulher resumia-se em ser uma boa mãe, responsável pela família e dedicada em tempo integral. As autoras pontuam ainda que a maternidade se configurou ao longo da história como a única função valorizada socialmente, desde os tempos remotos até os meados do século XX. Assim, ser mãe seria pertencer a uma classe especial.

Para Guimarães (2009 *apud* Rocha-Coutinho, 2010) o século VIII configura-se como um período de consagração da mulher como mãe. O casamento tem um importante significado especial na sociedade. O ambiente doméstico passa a ser um espaço de poder feminino e a maternidade assume um caráter fundamental. Acontece uma verdadeira revolução, onde o amor materno e o sentimento de afetividade e intimidade familiar passam a ancorar o bom funcionamento da estrutura social. Nesta época, a família e o lar tornam-se alvos da atenção feminina, os filhos assumem grande importância constituindo, assim, um referencial de valor da dedicação e competência às mães, sendo extensiva a toda sociedade. Corroborando com esse contexto, Mello (2008) aponta que a imagem cultural que se tem dos sentimentos maternos mostram a figura da mãe como dedicada à prole, submissa às lidas do lar e resignada à preservação da espécie e cuidados dos filhos.

Serriurier (1993) assegura que a idade Média é o período que enaltece o amor místico da maternidade. A imagem materna é associada a dois tipos de mulheres. A mãe má,

associada a Eva, perversa e pecadora e a santa mãe associada à Maria, virgem e excelente mãe, cujo amor devoto é o modelo para todas as mulheres. Conforme destaca Badinter (1985):

Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada, “a rainha do lar”. Ou seja, o ser mãe é um hábito pensado como um sacerdócio, e ser uma boa mãe são sinônimos de uma “santa mulher” (BADINTER, 1985, p. 223).

Assim, a maternidade se configurou ao longo da história como a única função social. Esta percepção se estendeu até meados do século XX, o que permitia a mulher ser reconhecida e valorizada.

Emídio (2008) salienta as reflexões que a onda feminista introduziu com relação as representações ocupadas pela mulher na época. A autora se debruça na obra “*O segundo sexo*”, de Simone de Beauvoir, que ocasionou uma verdadeira revolução na vida das mulheres. Esse movimento colaborou para que as mulheres pudessem buscar novos espaços na sociedade, além do doméstico que antes lhe era reservado. Assim, foi desconstruída a imagem de mulher submissa e aos poucos surgiram novas configurações ao “ser mulher”. Outra transformação pautada por Emídio (2008) é com relação na qual a sexualidade feminina, que passou então a ser reconhecida desvinculando-se da função meramente reprodutiva. Esse fato juntamente com a descoberta da pílula anticoncepcional, na segunda metade do século XX, permitiu posicionar a mulher enquanto sujeito do desejo e necessidades a serem satisfeitas. As mulheres descobriram o prazer sexual e essas mudanças possibilitaram um rompimento do modelo de relação hierárquica construído desde a antiguidade, em que o homem se identificava como grande protagonista da história, enquanto à mulher caberia uma posição passiva.

Nesse sentido, pode-se perceber que na contemporaneidade, diferentemente de outrora, as mulheres tem enfrentado dificuldades para lidar com esse ideal de mãe, já que lhe é imposto além de ser uma mãe ideal no lar, ser uma exímia profissional, esposa, amiga e companheira. Isso seria uma realização humanamente impossível. Como resultado, acabam por adiando ou optando pela não maternidade.

3 A construção do mito amor materno

Kaplan (1994) afirma que o amor materno é a expressão afetiva direta da relação positiva com o filho. No entender de Mello (2008) o amor materno por muito tempo foi

concebido como algo instintivo. Afirmava-se que a maternagem era uma característica universal feminina fazendo essa concepção aparecer como um sentimento inato que todas as mulheres vivenciariam, independentemente da cultura ou da condição sócio econômica.

Ariès (1981 *apud* MELLO, 2008) aponta que as mudanças associadas com as crianças começaram a surgir por volta do século XVI, pois até então o amor materno tal como hoje se concebe era inexistente, evidenciando-se o caráter histórico dessa elaboração transformada em mito. Em contrapartida, Badinter (1985) afirma que o amor materno não existe em todas as mulheres, sendo uma construção social, uma crença burguesa que teve seu apogeu nos meados do século XIX. A autora problematiza a questão do amor materno ao afirmar que ele não é nato e sim construído ao longo da convivência entre mãe e filho, conforme afirma

o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou meio que a cercam. Aos nossos olhos toda mulher, ao se tornar mãe encontra em si mesma todas as respostas a sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1985, p.20).

O amor materno é uma realidade que pode ou não ocorrer entre as mulheres. No olhar da autora, o amor materno é apenas um sentimento humano, e como todo sentimento é incerto, frágil e imperfeito.

Mello (2008) descreve que nos séculos XVII e XVIII o amor materno passou por transformações, nesse período as mães entregavam seus filhos às amas de leite, pois as tarefas maternas não eram mais tão valorizadas e caracterizadas como um estorvo. Aponta ainda que nos séculos XIX e XX, o desenvolvimento do culto materno teve seu ápice. Ariès (*apud* MELLO, 2008) lembra que a mulher que até então possuía apenas uma função biológica (procriadora), assume o papel de educadora e passa a ter uma função social.

Guimarães (2010) assegura que a questão do amor materno como característica inata e inquestionável tornou-se parte da condição feminina e difundiu-se profundamente como valor normativo. A naturalização da vocação materna consolidou-se e criou raízes profundas nas subjetividades de homens e de mulheres assumindo o *status* de mito.

Badinter (1985) aponta que o amor materno não é inato, mas construído ao longo da convivência entre mãe e filho. A autora percebe o humano como um ser histórico e dotado da faculdade de simbolizar e vê na mulher um ser no qual o sócio cultural predomina sobre os aspectos puramente hormonais.

Correia (1998) destaca, seguindo a assertiva de Badinter, que o amor materno é algo infinitamente complexo e imperfeito. Longe de ser instintivo é condicionado por múltiplos fatores, independentes da boa natureza ou da boa vontade de uma mãe, diferentemente do que é encontrado na literatura. Esse amor depende não só da história pessoal de cada mulher, como do seu desejo da relação entre os pais e também de fatores sociais, culturais e profissionais, nos quais os indivíduos estão inseridos.

As ideias de maternidade e do amor materno se configuram como uma imposição ou uma condição imposta à mulher ao longo da história. Santos (1998) afirma que o mito do amor materno pressiona as mulheres a assumirem seus filhos como uma obrigação.

Como se pode perceber ao lado dos grandes avanços e conquistas femininas podemos entender que o papel materno vem se modificando. Algumas mulheres podem optar pela não maternidade.

4 A opção por não ser mãe

Com as mudanças significativas que incidem sobre a família, grande número de mulheres trabalham fora de casa, optando assim pela sua realização profissional adiando ou renunciando a maternidade. As novas configurações familiares contribuem para formas de conceber a família e suas funções, sendo importante destacar que a experiência da maternidade também sofre essa influência. Porém ainda que existam empecilhos ditados, pelos padrões sociais quando se trata de ter ou não filho.

Bonini-Vieira (1996), em um estudo sobre mulheres sem filhos, pontua que muitos fatores estão envolvidos na decisão das mulheres entrevistadas em adiar a maternidade ou de não ter filhos, o que pode ser um indicativo da complexidade com que a maternidade se apresenta na atualidade. Antes vista como uma consequência inevitável do casamento, hoje parece que ela é encarada mais como uma opção de vida que envolve diferentes questões, como encontrar o parceiro certo, investir em uma carreira profissional, conquistar estabilidade financeira e afetiva, manter a liberdade, entre outros. A maternidade pode não representar um projeto relevante para algumas mulheres que, contrariamente à expectativa social, decidem não se tornarem mães. A ideologia que condiciona o papel da mulher como destinado aos cuidados do lar e dos filhos se trata de uma construção social, baseada em discursos que atribuem prioridade máxima na vida da mulher ao papel de mãe que pode, certamente, ser questionada e alterada.

Mansur (2003), em seu estudo realizado, salienta que a não maternidade emerge como uma experiência multifacetada e com significados diversos, não apenas para as diferentes mulheres, mas também para cada uma individualmente, sem função da perspectiva e do momento em que foi avaliada ao longo do tempo. Assim, a não maternidade provoca o rompimento de um modelo feminino tradicional. Sua compreensão requer a revisão das expectativas em relação aos papéis femininos tradicionais, desfazendo o mito do instinto materno, já tratado anteriormente e aceitando o fato de que a vida das mulheres pode ter dimensões muito variadas quando a sociedade lhes apresenta outras opções além da maternidade.

Abranches (1990) observa que a decisão de ser ou não mãe, não se estabelece sem conflito e está associada tanto à disponibilidade interna para a maternidade, quanto ao grau de favorecimento proporcionado pelas condições externas. Nessa mesma perspectiva, um estudo exploratório realizado por Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), teve o objetivo de melhor entender como as mulheres estão encarando a maternidade, bem como a opção de adiá-la e ou não ter filhos. Os resultados apontaram para o fato de que, apesar de novas possibilidades terem se aberto para as mulheres, antigas visões, como a de que a realização de uma mulher passa obrigatoriamente pela maternidade, ainda prevalecem no discurso social.

Stryckman (2000) aponta outro fator para a opção de não ter filhos que pode ser um problema da infertilidade masculina ou feminina. Afirma ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta, ou seja, na masculinidade a infertilidade está associada à impotência, não ter filhos relaciona-se a sexualidade e ameaça sua virilidade. Já nas mulheres não ter filhos ameaça sua feminilidade, ou seja, é um impedimento de cumprir a vocação feminina da mulher de ser mãe. O desejo de filho pode vir a ser um produto de diversas operações fantasmáticas, confundindo-se, por exemplo, com o desejo de maternidade, ou com o desejo de simplesmente estar grávida, desejo de parir, desejo de colocar no mundo uma criança, ou ainda produzir o filho do desejo edipiano.

O que se pode observar, especialmente no caso das mulheres das camadas médias e altas, é que, de geração para geração, vem diminuindo cada vez mais o número de filhos, o que pode apontar, em parte, como assinala Rocha-Coutinho (1998), para o fato de que um número crescente de mulheres está descobrindo que a vida pode proporcionar outras experiências emocionantes e gratificantes além da maternidade. Além disso, algumas mulheres, hoje, vêm questionando, inclusive se, de fato, desejam ou não ter filhos. Uma vez que esse questionamento já se apresenta, pode-se dizer que, ao menos, uma reorientação se

faz possível. O que se espera é que esta opção se faça presente e não que ganhe *status* de uma nova imposição social.

Outro aspecto a ser lembrado é um dos fatores que mais contribuiu pela opção por não ter filhos foi a entrada dos contraceptivos. O domínio de novas técnicas que impedem a fecundação proporcionou às mulheres a reivindicação do direito ao prazer, ou seja, a contracepção permitiu fazer uso dos prazeres sem risco de gerar filhos. Segundo Barbosa e Rocha Coutinho (2007) afirmam que hoje as mulheres se tornaram responsáveis por sua sexualidade podendo optar por ter ou não filhos e por quando tê-los, ou seja, antes não havia escolhas seus desejos voltados para os outros. Nesse sentido conforme aponta Teixeira Parente & Boris (2009) não ter filhos passou a ser uma questão de escolha, pois está apoiada na liberdade que a ciência ofereceu.

Borsa e Feil (2008) apontam que juntamente com as mudanças na família acresce as funções exercidas pelas mulheres que passam a dividir com o homem também o sustento da casa. Além de mãe, esposa, dona de casa, requer por parte dela outras responsabilidades que antes eram consideradas, no aspecto social, especificamente masculinas. Foi a necessidade de trabalhar e colaborar no sustento da família que levou a figura feminina a ganhar seu espaço no mercado de trabalho. A mulher antes esposa, mãe, dona de casa, agora é também uma trabalhadora profissional, independente financeiramente.

A complexidade da opção feminina pela maternidade ou não maternidade, na tentativa de conciliar a mesma com a realização profissional, conforme Borsa e Feil (2008) tem sido preocupação de estudiosos, já que o sistema vigente tem exigido muito dessas mulheres que acabam, muitas vezes, sendo escravas do mundo do trabalho. Para a mulher contemporânea, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades. Mais do que isto, é suportar certa medida de conflitos e culpas.

Outro fator a ser pontuado está relacionado com o próprio papel da maternidade na vida da mulher. Sabemos que o papel da maternidade tem um valor muito significativo socialmente. Badinter (1985) pontua que, embora a mulher seja um ser histórico, dotado da capacidade de simbolizar e desejar muitos aspectos, a ideologia do instinto materno perdura até hoje, considerada como verdade absoluta. Assim, a opção por parte das mulheres pela não maternidade as colocam num grande desafio, já que a capacidade de ter um filho pode significar que a mulher está completa e inteira.

Desse modo o desejo de ter ou não filhos é, sem dúvida, complexo, inspira sentimentos contraditórios e é difícil de precisar e isolar de toda uma rede de fatores, tanto psicológicos quanto sociais. As mudanças mais marcantes dos significados ocupados pela

maternidade podem estar em decadência, já que estamos vivendo um período em que um novo modelo de família e a maternidade encontram-se em pleno processo de transição. Esse fato associado a outros impelem a mulher a refletir quando da opção de ter ou não filhos. Acredita-se que as mudanças na contemporaneidade exigem escolhas que devem ser pensadas e acompanhadas pela mudança social e todas as suas implicações incluindo a transição de um modelo tradicional par um modelo contemporâneo.

Considerações finais

Conforme as ideias desenvolvidas ao longo desta pesquisa, foi possível compreender algumas das repercussões que onde a mulher, em sua história, teve um papel submisso e não questionador. A partir do movimento feminista e das diferentes configurações da sociedade, ela iniciou um processo de mudança. Depois do impacto desse movimento social, que ocorreu principalmente nas relações familiares e conjugais, a mulher passou a se tornar independente. Aos poucos entrou no mercado de trabalho e conquistou um poder argumentativo diante do homem. A mulher atual não tem apenas o papel de mãe e de esposa, ela pode possui outras realizações pessoais como formação continuada, viagens culturais, redes de relacionamentos abertos, ligações locais e globais via internet, ela atingiu um universo amplo e possui uma gama de possibilidades e de atividades auto - realizadoras.

Cabe lembrar que é fundamental atentar para os múltiplos sentidos ocultos na escolha de não ser mãe, sejam eles políticos, sociais, religiosos, entre outros. Para muitas mulheres a pressão social de que ser mãe ainda é uma norma social. O conflito com a multiplicidade de atribuições como dar conta de tudo e sentir-se feliz e realizada mesmo não sendo mãe, já que a maternidade não está incluída como projeto de vida para algumas mulheres.

Torna-se pertinente um olhar mais cuidadoso no que tange a amplitude do tema investigado, que permite um conjunto significativo de abordagens e metodologias, além da relevância e atualidade do mesmo no contexto sócio-cultural que vivemos. Diante de um cenário de infinitas possibilidades, as questões da maternidade e não maternidade desencadeiam outros temas que pensamos ser emergentes à psicologia e outros campos das ciências sociais indicados para posteriores estudos, tais como: conciliação entre maternidade e trabalho; preocupação com o corpo; medo do envelhecimento; adiamento da maternidade; entre outros.

Entretanto cabe salientar aqui dois aspectos importantes e significativos a ser apontado na presente reflexão. O primeiro diz respeito a pluralidade de papéis assumidos e todas as

demais exigências impostas as mulheres fez com que a imagem da mulher perpassasse por uma total transformação. Assim, a figura da mulher “do lar” cede lugar à “mulher profissional”, o que trouxe muitos ganhos, mas também perdas. Segundo aspecto a ser lembrado está relacionado aos novos métodos de concepção e com o aparecimento de métodos anticoncepcionais, cada vez mais seguros que proporcionam a mulher ter poder sobre seu corpo. Com isso ela passou “poder escolher” quando e como deseja ter um filho. Essa possibilidade de escolha leva a mulher poder escolher entre ser ou não mãe, o que antes era um padrão idealizado pelo meio social, hoje se apresenta como uma possibilidade de escolha.

Entende-se que muitos são os fatores que estão envolvidos na decisão de optar pela não maternidade, porém a literatura aqui apresentada permite apontar que há sim uma possibilidade crescente de mulheres que optam por essa escolha. Essa opção perpassa questões de antigas visões e atualmente há, por parte de muitas mulheres, uma escolha consciente pela não maternidade desconstruindo assim antigos paradigmas e determinismos sociais. Antigas visões, como da realização da mulher via maternidade ainda prevalece no discurso social. Porém, vislumbramos a necessidade da psicologia colaborar para desconstrução dos estereótipos e preconceitos ainda existentes.

Referências

ABRANCHES, Maria. Regina. Josua. **Maternidade:** sim ou não? Por quê? Rio de Janeiro: FGV/ISOP, 1990.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elizabeth. **Conflito a mulher e a mãe.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, Patrícia Zulatoand ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Maternidade:** novas possibilidades, antigas visões. *Psicol. clin.* [online]. 2007, vol.19, n.1, pp. 163-185. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-56652007000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 maio 2012, 10:53.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. **O papel da mulher no contexto familiar:** uma breve reflexão. PUC - RS, 2008.

BONINI-VIEIRA, Annunciata Pinto. **Definidas pela negação, construídas na Afirmação:** a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. **Revista Arquivos da Maternidade**, Dr. Alfredo da Costa. 365-371, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL. PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000A, p.78 -114.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000B.

EMÍDIO, Thassia Souza. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**: um estudo sobre o olhar da mitologia e da psicanálise. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008.

GUIMARÃES, Francisca Celina Moraes. **Caleidoscopicamente mulher**: dilemas e desafios contemporâneos. Dissertação (Mestrado em Psicologia clínica e cultura). Programa de Pós Graduação em Psicologia clínica e cultura. Instituto de Psicologia, - Universidade de Brasília, 2010.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2003, vol.23, n.4, pp. 2-11.

MELLO, Ivana S. Paiva Bezerra de. **Amor materno**: mito ou realidade. 2008. Disponível em:
<http://www.escolafreudianaip.org/arquivos/trabalhos/Amor_materno_mito_ou_realidade.pdf>. Acesso em: 01 maio 2012, 12:18.

PERROT, Michelle, **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo. Contexto, 2007.

ROUDINESCO Elizabeth. **A Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

STRICKMAN, Nicole. O desejo de filho no homem e na mulher. **Revista Psicanálise e Clínica de Bebês**, Curitiba, ano IV, n. 4, p. 91-108, dez. 2000.

SERRURIER, Catherine. **Elogio às mães más**. São Paulo: Summus, 1993.

TEIXEIRA, Lêonia. Cavalcante; PARENTE, Flavia. Soares; BORIS, Georges Daniel Bloc. Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 24-31, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2848/4138>>. Acesso em: 01 maio 2012, 17:18.